



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN on line
2359-2826

Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos

Flávia Roberta Babireski (unicamp)

newsletter

v. 3ª n. 6ª maio, 2016

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos

Small right-wing parties in Brazil: an analysis of their political positions

Flávia Roberta Babireski (unicamp)*

Resumo: Com o objetivo de explorar e comparar os posicionamentos políticos dos pequenos partidos de direita no Brasil recorreu-se à análise conteúdo presente nos Programas, Manifestos e ideários partidários dos partidos políticos. Foram analisados documentos de cinco partidos: Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Liberal (PSL), Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). O critério para a eleição desses partidos específicos é o seguinte: são partidos de direita, com bancada inferior a 4% na Câmara dos Deputados, cujos representantes tomaram posse na 55ª Legislatura (2015-2018). São comparados os posicionamentos dos partidos sobre cinco temas: Estado, Economia, Saúde, Educação e Segurança Pública. Demonstramos a presença ou ausência desses temas nos documentos e as ênfases apresentadas por cada partido. Numa gradação que vai de mais à direita para menos à direita, concluímos que os partidos estudados estariam nesta ordem: PSL, PSDC, PSC, PRP e PRTB.

Palavras-chaves: partidos políticos brasileiros; partidos de direita; ideologia; programas partidários.

Abstract: Aiming to explore and compare the political issues of the small right wing parties in Brazil, we betake of content analysis to search the party manifestos. Have been analyzed five documents from: Progressist Republican Party (PRP), Social Christian Party (PSC), Social Liberal Party (PSL), Christian Social Democrat Party (PSDC) and the Brazilian Renewal Labour Party (PRTB). These parties were chosen by three criteria: are right wing parties, hold less than 4% of Federal Chamber seats and their representatives took office at the 55th legislature (2015-2018). We compare the programmatic positions regarding five main themes: State, Economy, Health, Education and Public Security. The presence and absence of these themes was evidenced, as well as the emphasis, in each party. In a continuous from extreme right to the right we can put the parties lined up in: PSL, PSDC, PSC, PRP and PRTB.

Keywords: brazilian political parties; right wing parties; ideology; party manifestos.

A análise do posicionamento ideológico dos partidos políticos é um tema recorrente em vários trabalhos acadêmicos (Tarouco e Madeira (2013); Power e Zucco (2011); Rodrigues (2002); Rodriguez (2006); Wiesehomeier e Doyle (2010); Wiesehomeier (2012); Desposato (2006); Epstein (2009)), assim como em análises empíricas sobre a *realpolitik*.

O espectro ideológico é aqui entendido como dual, separado, de modo simplificado, entre direita e esquerda. Esta *newsletter* faz um exercício de análise do conteúdo dos documentos políticos dos pequenos partidos de direita brasileiros, tentando destrinchar quais são suas posições programáticas.

A finalidade é fazer uma comparação entre os posicionamentos do Partido Republicano Progressista (PRP), do Partido Social Cristão (PSC), do Partido Social Liberal (PSL), do Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) diante de alguns temas selecionados: Estado, Economia, Saúde, Educação e Segurança Pública.

Estas legendas são muito pouco ou quase não são estudadas na Ciência Política brasileira, diferentemente do que ocorre com os grandes partidos, como PT, PMDB, PSDB, etc., que ganham maior destaque por encabeçarem disputas majoritárias, formarem as maiores bancadas legislativas, administrarem governos estaduais, capitais e grandes cidades. Mesmo em estudos mais elaborados sobre classificação ideológica, as pequenas agremiações estão ausentes (como, por exemplo, em Coppedge, 1997).

Há um desconhecimento completo sobre as pequenas legendas. A principal consequência é que, em geral, são classificadas como “fisiológicas”, ou seja, sem conteúdo, ou tidas como todas iguais. Ou então colocadas dentro de uma categoria que homogeneiza estes partidos num bloco indiferenciado de “pequenos partidos de direita” (Braga e Pimentel Jr., 2013). Mas o olhar atento sobre seus programas e manifestos demonstra que há conteúdos ideológicos específicos e, assim, é possível fazer distinções entre elas.

Quais são os pequenos partidos de direita no Brasil?

Consideramos como pequenos partidos os com bancada inferior a 4% das cadeiras na Câmara dos Deputados, ou seja, aqueles que possuem bancadas menores do que 20 deputados¹. O corte de 4% se refere ao quartil inferior da distribuição das cadeiras por partido na Câmara.

Há formas alternativas de se medir o tamanho dos partidos políticos, como a quantidade de filiados, o número de municípios onde está presente, a quantidade de unidades da federação governadas por eles, etc. Contudo, é na parte baixa do Palácio Nereu Ramos que os partidos pequenos têm oportunidade de conquistar um assento e fazerem-se representados. Basta ver que sua quantidade na Câmara (28 em 2015) é muito maior do que no Senado (13 no mesmo ano).

Assim, os partidos pequenos que analisamos aqui e que são classificados pela literatura (Tarouco e Madeira (2012) e Coppedge (1997)) como pertencentes ao polo ideológico de direita são os seguintes:

Quadro 1: Pequenos partidos políticos brasileiros, data de registro na Justiça Eleitoral e tamanho

Partido	N filiados	Data de registro	%de cadeiras na Câmara 2015
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	208.421	25/10/1990	0,6% (3)
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	118.030	18/02/1997	0,2% (1)
Partido Republicano Progressista (PRP)	223.179	29/10/1991	0,6% (3)
Partido Social Cristão (PSC)	371.729	29/03/1990	2,5% (13)
Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	167.203	05/08/1997	0,4% (2)
Partido Social Liberal (PSL)	199.970	02/06/1998	0,2% (1)
Partido Trabalhista Cristão (PTC)	176.075	22/02/1990	0,4% (2)
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	130.355	02/10/1997	0,8% (4)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Câmara dos Deputados.

¹ Neste trabalho foi utilizado o tamanho da bancada eleita em 2014 para a posse em 2015.

As fontes para a análise do posicionamento dos partidos sobre temas de ordem política foram os programas partidários e manifestos disponibilizados pelos partidos em seus sites² ou no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). São os documentos de mais fácil acesso pelo eleitor³.

Note que estes documentos são o espaço privilegiado para o registro das principais formas de pensar dos partidos políticos. É através deles que alguém é capaz de desvendar um partido, seja para dar a ele seu voto, seja para dele fazer parte.

A escolha de classificar partidos de bancadas pequenas pelo posicionamento a partir dos seus manifestos é a melhor saída em comparação com outros métodos.

Nem sempre é possível afirmar que a auto-imputação ideológica de parlamentares é um critério razoável para esse tipo de partido, já que vários deles possuem, em geral, menos de cinco cadeiras na casa legislativa. Os estados e municípios que governam são escassos, de modo que não podemos recorrer a um padrão na execução de políticas públicas para analisá-los e determinar suas respectivas orientações ideológicas. Por fim, as bases eleitorais nem sempre votam na legenda, preferindo o voto no candidato, o que dificulta a ligação entre base social, partido e ideologia.

Portanto, os documentos partidários são um denominador comum a todos os partidos e extremamente úteis já que oferecem material farto para comparação.

Porém, não foi possível encontrar documentos de todos os partidos indicados no Quadro 1.

PTC, PTN e PMN não disponibilizaram, no período da coleta de dados, documentos que atendessem aos critérios por nós selecionados (manifestos ou programas), deixando à disposição do público somente os estatutos partidários.

No total foram analisados então cinco partidos: PSC, PRTB, PSDC, PRP e PSL, e oito documentos. Para analisar os documentos foi utilizada como técnica *análise de conteúdo*. A técnica consiste em identificar nos textos os temas presentes e as ausências e, posteriormente, realizar uma comparação entre as visões de cada partido para temáticas da Saúde, Segurança, Educação e função do Estado.

Os partidos analisados não são novos. Todos foram criados na década de 1990⁴. Com maior longevidade temos o PSC, fundado em 1990, e o novato sendo o PSL, fundado em 1998. O partido com maior número de filiados é o PSC, com mais de 370 mil, e o PRTB com menor número, 118.030 filiados.

O PSC, PRP, PSL são partidos que não passaram por nenhum processo de fusão ou troca de nome na legenda.

O PSC foi fundado em 1985, porém só em 1990 é que conseguiu o registro definitivo no TSE. O PRP foi fundado em 1989 e obteve registro definitivo em 1991. O PSL foi fundado em 1994, porém só obteve o registro oficial quatro anos mais tarde, em 1998.

² O período de coleta de material foi entre os dias 18 e 19 de fevereiro de 2016.

³ Não custa lembrar que os *programas partidários* são diferentes dos *programas de governo* dos partidos (e/ou coligações). Esses últimos são apresentados apenas nos períodos de certame eleitoral.

⁴ A data de fundação é a presente no site do TSE, ou seja, a de registro oficial da legenda.

A demora no registro dos pequenos partidos já denota fragilidade quando comparados, por exemplo, com o Partido da Social Democracia (PSD), criado pelo ex-ministro Gilberto Kassab, que figura como um partido médio (bancada eleita em 2014 de 36 cadeiras), e que levou cerca de seis meses entre a fundação e a obtenção do registro oficial.

O PSDC e o PRTB são partidos dissidentes de outros. O PSDC teve seu registro oficial no TSE em 1997, porém foi fundado em 1995 por José Maria Eymael. O partido surgiu em função do descontentamento de Eymael pela fusão do PDC (seu partido de origem e descendente da Arena) com PDS para formarem o PPR.

O PRTB ganha o seu registro oficial em 1997. O partido tem origem no PTR, fundado em 1990. Em 1993 o partido se fundiu ao PST para formar o PP (Partido Progressista). Descontente com a fusão, Levy Fidelix funda o PTRB. Porém, sem muito sucesso no seu início, resolve alterar a legenda para PRTB e consegue o registro definitivo do partido em 1997.

O que dizem os partidos “nânicos”?

Na análise dos documentos partidários buscamos suas posições diante de cinco grandes temáticas:

- i. **Estado:** enfoque na sua função, abrangência e limites da sua atuação nas áreas sociais e econômicas, ou seja, o desenho do Estado proposto pelas legendas;
- ii. **Economia:** quais os setores vistos como prioritários para os partidos, se o mercado ou políticas macroestruturais de intervenção;
- iii. **Saúde e Educação:** sobre as urgências de políticas públicas para essas áreas, sobre as finalidades das ações e as suas origens: se públicas e/ou privadas; e
- iv. **Segurança Pública:** qual a visão do partido sobre a questão e como enfrentar os seus problemas, se pela via social ou se pela via policial.

Estas são as temáticas paradigmáticas capazes de dividir as cartilhas ideológicas, onde tradicionalmente se observar claramente as distinções entre direita, esquerda e suas gradações.

Por exemplo: na questão econômica a esquerda defende a intervenção do Estado, já a direita prioriza a livre iniciativa e a ação empreendedora dos indivíduos. Num país repleto de pobreza, pensar que políticas de combate à fome ou de ampliação dos serviços de transporte seriam capazes de distinguir tal dicotomia é um erro. É preciso investigar os temas que podem produzir políticas públicas com matriz diferenciada entre cada ordem ideológica.

É comum afirmar que a esquerda está mais ligada a posições estatizantes, enquanto os perfis à direita são mais privatizantes. Contudo, dentro do espectro de direita há diferenças quanto a alguns temas específicos.

É possível falar em uma direita neoliberal, onde a privatização e o Estado mínimo dão a tônica do seu discurso.

Ao mesmo tempo, é possível encontrar uma direita conservadora moralmente, contudo não tão preocupada com o papel do Estado na economia do país.

O papel primordial do Estado e suas áreas de atuação

Nem todos os partidos trazem uma definição de qual seria o papel do Estado ou suas áreas preferenciais de atuação. Esta ausência de referências é proeminente no PSC e no PRTB.

O posicionamento mais liberal está no PSL, que defende que o Estado é mero prestador de serviços públicos. Ele deve afastar-se das atividades econômicas e empresariais. O PSL também critica a postura paternalista do Estado, ou seja, a existência de um Estado que interfira na vida dos indivíduos, dominando o poder de ação, tornando-os cada vez mais dependentes de recursos estatais, diminuindo sua liberdade criadora e o senso de responsabilidades sociais.

O PSDC tem o mesmo posicionamento. Ele defende um Estado limitado, suas atividades restritas apenas a áreas de atuação natural (*sic*), ainda que não explicitando quais seriam estas áreas. Por mais que pareça estranho o termo 'natural', entendemos aqui como as funções mínimas de segurança e garantias fundamentais, primando por uma postura não intervencionista.

Quadro 2: Estado e sua função conforme os pequenos partidos brasileiros

Partido	Função do Estado
PRP	O Estado deve garantir condições mínimas de saúde, educação e justiça e se afastar do paternalismo.
PSC	
PSL	O Estado deve afastar-se do papel de "Grande Pai". É mero prestador de serviços públicos e deve afastar-se por completo de toda competição empresarial.
PSDC	O Estado deve estar a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço do Estado. O Estado é o agente do Bem Comum. E a livre iniciativa deve ser apoiada, cabendo ao Estado restringir-se a suas áreas naturais de atuação.
PRTB	

Fonte: Programas dos partidos políticos; elaboração: a autora.

Uma postura que defende maior expansão do Estado é a do PRP. A legenda advoga que o Estado deve garantir saúde, educação e justiça. Apenas com estes 'módulos mínimos da existência humana' (*sic*) é que os homens poderão "viver em liberdade, no gozo dos bens da vida e na plena realização criadora" (*História e Novo Republicanismo*, p.5). Porém, num trecho do seu documento, o partido critica a postura paternalista, especificamente o programa Bolsa Família, sugerindo a sua substituição por programas alternativos de combate à pobreza: "É salutar e urgente que o governo substitua programas paternalistas como o Bolsa-Família por programas efetivos e corretivos capazes de reduzir as desigualdades e eliminar a pobreza e promover a dignidade humana" (idem, p.7).

Desse modo, dentro do *issue* Estado, os partidos podem ser classificados como aqueles que defendem abertamente o Estado mínimo, PSL e PSDC, ficando ambos mais à direita; aquele que admite algumas funções para o Estado, porém de forma tímida, como o PRP; e aqueles que simplesmente deixam de tratar o tema, não oferecendo ao eleitor e ao analista qualquer pista que os coloque próximo ou distante de outra sigla ou de qualquer definição teórica: PSC e PRTB.

Sobre a saúde e a educação

Saúde e educação podem apresentar as diferenças ideológicas entre os partidos segundo a concepção de cada um sobre quem deve prover e manter essas políticas.

Saúde, para esquerda, deve ser pública e acessível a todos. A direita, por outro lado, aceita a iniciativa privada atuando nessa área. Educação básica para a direita deve estar voltada prioritariamente para o ensino profissionalizante, ou seja, para a qualificação de mão de obra para o mercado. A contraposição a esta ideia é uma educação de formação humanista e “crítica”, concepção defendida pela esquerda.

Sobre saúde e educação, três partidos dos cinco analisados fazem menções em seus textos. Não se referiram a esses temas o PRP e PRTB.

Na saúde, os posicionamentos são no sentido de ampliação e melhoria do atendimento à população. Não é um tema que possa ser destacado como apto para mostrar diferenças entre as legendas. Afinal, não há eleitor que vá discordar de que a saúde seja uma prioridade política ou deva ter seu atendimento melhorado.

Já na questão da Educação os partidos apresentam diferentes ênfases.

O PSC propõe promover a educação de primeiro e segundo graus (ensinos fundamental e médio) como formação profissional. Para o ensino superior o Partido Social Cristão apoia o funcionamento das Universidades públicas no período noturno de forma a atender um público maior.

O Partido Social Liberal propõe a expansão em massa das escolas nos municípios, a isenção tributária para escolas particulares, desde que 20% das cadeiras sejam disponibilizadas às crianças carentes, e a alfabetização de adultos em seu local de trabalho. Para o ensino médio, o PSL propõe cursos profissionalizantes nos contraturnos em parceria com a iniciativa privada.

O Partido Social Democrata Cristão é o único a dedicar um tópico específico a esse tema. O PSDC defende justa remuneração dos professores, apoio ao ensino profissionalizante, recursos financeiros para garantir a qualidade de ensino e o seu acesso a todos, apoio às Universidades como centros avançados de pesquisas e formação acadêmica e subsídios às escolas particulares mantidas por entidades sem fins lucrativos. O partido também defende o acesso à escola pública ou privada, essas últimas por meio de bolsas de estudo ou crédito educativo.

O Quadro 3, a seguir, resume essas ideias.

Quadro 3: Saúde e Educação conforme os pequenos partidos brasileiros

Partido	Saúde	Educação
PRP		
PSC	Aparelhar e multiplicar hospitais e postos de saúde e aprimorar o atendimento, até implantando a medicina preventiva.	Apoio ao primeiro e ao segundo grau [ensinos fundamental e médio]. Ensino superior: aprimorar a qualidade e aumentar o número de bolsas de estudo. Promover o funcionamento noturno das Universidades públicas.
PSL	Acesso de toda a população à assistência média e odontológica básica. Desenvolver trabalho regionalizado, para atender as especificidades. Defende a municipalização do sistema, mas preconiza maior fiscalização e aplicação dos recursos.	Estimular o surgimento de escolas em massa nos municípios, com total isenção tributária, desde que se aplique 20% das cadeiras a crianças carentes. Plano de preparação profissional. Responsabilidade do município promover cursos paralelos de profissionalização com 2º grau, em convênio com iniciativa privada. Alfabetização de adultos no local de trabalho, no intervalo de intrajornada.
PSDC	Promover um Sistema Nacional de Saúde, assegurar a todos assistência médica, odontológica e hospitalar, com ênfase na prevenção de doenças	Considerar a Educação como prioridade nacional. Garantir justa remuneração aos professores. Ensino profissionalizante. Apoio às Universidades como centros avançados de formação e pesquisa.
PRTB		

Fonte: Documentos dos partidos políticos; elaboração: a autora.

Nos partidos analisados, o posicionamento sobre política de saúde é muito próximo. Todos defendem a sua melhoria. Logo, este tópico não diferencia PSC, PSL, PSDC e PRTB entre si.

Sobre a questão da educação verificamos a preocupação desses partidos com o ensino profissionalizante, isto é, o ensino voltado para atender o mercado de trabalho, ponto esse solidário com as concepções tradicionais da direita que vê o mercado como espaço privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos e do país.

Economia e privatização de firmas do Estado

A Economia é outro tema importante do posicionamento ideológico dos partidos. Está relacionada à ideia de Estado defendida por cada eixo ideológico.

A direita, ao defender que o Estado deve ser mínimo, no tamanho da sua burocracia e na quantidade de suas funções, o faz contrapondo esses valores à maior autonomia e atuação dos indivíduos. Por isso, ela tradicionalmente defende a iniciativa privada, a propriedade privada, o empreendedorismo e, por extensão, as micro e pequenas empresas. A atividade empresarial deve caber à iniciativa privada e não ao Estado. Daí que a direita seja favorável às privatizações de empresas do setor público.

O Quadro 4 resume a posição dos partidos analisados em quatro tópicos: apoio à iniciativa privada, apoio à micros e pequenas empresas, apoio a médias empresas e se são explicitamente favoráveis ou não a privatizações de firmas e serviços públicos.

Quadro 4: Economia conforme os pequenos partidos brasileiros

Partido	Apoio a iniciativa privada	Apoio às micro e pequenas empresas	Apoio a médias empresas	Favorável à privatização
PRP				
PSC		sim	sim	
PSL		sim	sim	sim
PSDC	sim	sim	sim	
PRTB				

Fonte: Documentos dos partidos políticos; elaboração: a autora.

O apoio às micro, pequenas e médias empresas aparecem em três partidos: PSDC, PSL e PSC.

O Partido Social Liberal especifica que esse incentivo deve ocorrer por meio de diferenciações tributárias. O PSDC também declara apoio à propriedade e à iniciativa privada. No PRTB e no PRP o tema está ausente, deixando mais uma vez estes partidos numa posição flexível e pouco programática.

O PSL é o único que declaradamente é favorável à privatização:

“O Programa do PSL defende a privatização geral praticada de forma racional e responsável, iniciando-se pelas empresas que apresentem prejuízos aos cofres públicos. A privatização racional quer dizer: vender, alienar, se desfazer primeiro das empresas que são hoje um sorvedouro de recursos do Tesouro Nacional. Deixemos a produção com a iniciativa privada”
(*Programa do Partido*, p. 3)

O posicionamento dos partidos sobre questões econômicas pode ser classificado como de direita.

Entre os três, o PSL é o que apresenta um posicionamento mais enfático, mais à direita, com defesa radical das privatizações. Por outro lado, o PSDC não trata desse tema, contudo deixa claro seu apoio à iniciativa privada, em contraposição ao empreendedorismo público.

Em resumo: o tema da economia aponta o PSL e o PSDC como os partidos alinhados com a direita neoliberal, o PSC valorizando a iniciativa empresarial e PRP e PRTB ausentes desse debate.

A questão da segurança pública

A questão da segurança é comum nos discursos dos partidos da direita.

A direita defende em geral “mais segurança”, significando isso maior reforço do aparato policial (contingente, recursos, equipamentos), maiores taxas de encarceramento, porte de armas

para garantir a autodefesa dos indivíduos, diminuição da maioria penal, penas mais severas, entre outros pontos.

Já uma postura de esquerda questiona essa visão. De maneira simplificada, o aumento da segurança pública passaria, antes, por evoluções nos indicadores sociais e nas condições gerais de vida da população.

Entre os partidos estudados, essa não é uma temática muito aprofundada em seus documentos programáticos. Há uma crítica genérica sobre a situação da segurança pública no país e menções vagas sobre a necessidade de elaboração de políticas amplas e melhorias gerais para essa área.

Quadro 5: Segurança pública conforme os pequenos partidos brasileiros

Partido	Conteúdo
PRP	
PSC	Necessidade de estudar as causas e combater a violência contra bens, instituições e pessoas. Buscar o aperfeiçoamento do sistema penal e carcerário para reabilitação e reintegração social dos presos.
PSL	É o ponto mais fraco da Administração Pública. Crítica mais contundente, porém, sem desenvolver propostas de políticas para a área. Polícia mal remunerada, mal equipada e pouco especializada. Crítica às leis penais frouxas, com possibilidade de recursos jurídicos. Crítica ao sistema penitenciário arcaico e superlotação de cadeias, que estimulam a periculosidade dos presos.
PSDC	Promover um Plano Nacional de Segurança Pública Enfoque no combate ao tráfico de drogas, que é responsável pela morte de jovens, e destruição de famílias.
PRTB	

Fonte: Documentos dos partidos políticos; elaboração: a autora.

A crítica mais forte aqui é a do Partido Social Liberal. O PSL afirma que esse é o ponto mais fraco da administração pública, mas não ultrapassa o diagnóstico, isto é, não propõe uma direção para essa política pública.

O Partido Social Democrata Cristão propõe promover um “Plano Nacional de Segurança Pública”, porém não desenvolve o que seria este Plano e quais os princípios e fundamentos para sua elaboração.

O Partido Social Cristão afirma a necessidade de estudar as causas da violência e combatê-las. O PRP e o PRTB não trazem quaisquer propostas sobre esse tema. Novamente, é impossível diferenciar as siglas por esta temática, mas apenas reforçar o caráter fisiológico – pouco programático – de PRP e PRTB.

Conclusões

Os dados apontam que apenas os dois temas que são capazes determinar o posicionamento ideológico desses partidos: papel do Estado e configuração da economia.

Observaram-se posicionamentos claramente de direita nos documentos analisados. O que explicita isso é o desenho pretendido para o Estado e a sua relação com o mercado.

Todavia, diferentemente do que a coloração ideológica pode sugerir, a direita brasileira não é um bloco único.

Os pequenos partidos de direita aqui estudados apresentam algumas diferenças nas ênfases entre seus posicionamentos políticos.

Em relação aos temas selecionados – papel do Estado, arranjo da matriz econômica, políticas de educação, saúde e segurança –, as diferenças são em termos tanto de presença e ausência, como também em relação às ênfases colocadas por cada partido.

É possível, assim, diferenciar os pequenos partidos de direita em dois grupos: 1) aquele em que predominam ausências de posicionamento, formado por PRP e PRTB; e 2) aquele em que há efetivamente manifestação sobre esses temas, onde estão PSDC, PSL e PSC.

No PRP, apenas o tema do Estado está presente. O partido postula sua atuação para além das obrigações mínimas de forma muito vaga. O documento do Partido Republicano Progressista é dedicado em boa parte à exposição das bases históricas e ideológicas da construção do partido.

O documento do PRTB é curto e com nenhum aprofundamento temático, deixando o leitor sem qualquer critério para balizar a posição do partido em relação às principais temáticas da *politik*.

Esses dois são partidos que poderíamos então chamar de “fisiológicos” (por oposição a ideológicos), se quisermos radicalizar o peso das ausências e de posições.

Partidos que não manifestam posições rígidas são também aqueles que menos desagradam seus pares (com os quais podem se coligar) e os eleitores que pretendem conquistar. Na prática, isso significa que esses partidos podem se aliar eleitoralmente com quaisquer outros no espectro ideológico e que estão disponíveis para fazer parte de coalizões de governo sem quebra de preceito programático, já que eles parecem ter nenhum.

Já no segundo grupo, mais programático, é possível observar, entre os temas que foram defendidos nos documentos partidários, que dois deles não conseguem demarcar diferenças entre os partidos: saúde e segurança. Na questão da saúde, o PSDC, PSL e PSC se mostraram favoráveis à sua expansão e melhoria, sem nenhuma diretriz específica para a área.

Esses três partidos têm o mesmo tipo de posicionamento sobre as questões da segurança pública. Apresentam críticas gerais, porém não propõem políticas, diretrizes para a área. São muito vagos, ou seja, dizem aquilo que o eleitor médio deseja escutar. Em áreas tão sensíveis e que frequentemente são apontadas como críticas no Brasil, tudo o que se pode dizer – que qualquer agente político pode dizer – é que saúde e segurança vão mal e que é preciso melhorar.

No caso específico da educação, o destaque vai para o incentivo e a defesa do ensino de tipo “profissionalizante” e a parceria com a iniciativa privada por parte de PSC, PSDC e PSL.

Nesses três partidos não há uma defesa da educação apenas pública. A educação privada pode vir a atuar como complementar à oferecida pelo Estado. Entre o que se espera encontrar em partidos tipicamente de direita, pode-se afirmar que na questão da educação há traços bem mais típicos do que no caso de outros temas: a defesa do ensino voltado para a qualificação de mão de obra para o mercado demonstra a preocupação em atender ao mercado e não a formação “cultural” do indivíduo.

Porém, PSL, PSDC e PSC apresentam gradações nos seus posicionamentos.

O partido mais liberal é o PSL. A legenda defende as privatizações, defende que o Estado deva se afastar da competição empresarial e que cabe a ele apenas a prestação de serviços básicos. O partido também apoia as micro e pequenas empresas, principalmente através da redução de tributações.

O PSDC tem uma postura próxima, onde ao Estado cabe apenas uma atuação “natural”, sem esclarecer qual seria ela. O partido apoia a livre iniciativa, como também as micro e pequenas empresas.

Postura menos radical entre os partidos de direita é a do PSC. Ele também menciona em seu programa o apoio às micro e pequenas empresas.

Em resumo: numa gradação que vai de mais à direita para menos à direita, podemos concluir que os partidos estudados por nós estariam nesta ordem: PSL, PSDC, PSC, PRP e PRTB.

Referências

- Bardin, L., 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Braga, M. S. S. e Pimentel Jr., J., 2013. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. *Cadernos Adenauer XIV (2), Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Coppedge, M., 1997. A Classification of Latin American Political Parties. *Kellogg Institute Working Paper (244)*.
- Desposato, S., 2006. Parties for rent? Ambition, Ideology, and party switching in Brazil's chamber of deputies. *American Journal of Political Science*, 50, 62-80.
- Epstein, D., 2009. Clientelism Versus Ideology: problems of Party Development in Brazil. *Party Politics*, 15 (3), 335-55.
- Heywood, A., 2010. *Ideologias políticas*. São Paulo: Ática.
- Power T. e Zucco C. (orgs.), 2011. *O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Rodrigues L., 2002. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp.
- Rodriguez L., 2006. Coherencia partidista: la estructuración interna de los partidos políticos en América Latina. *Revista Española de Ciencia Política*, 14, 87-114.

Tarouco G. e Madeira R., 2013. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7 (2), 93-114.

Tarouco G. e Madeira R., 2013. Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (45), 149-165.

Wiesehomeier, N. e Doyle D., 2012. Attitudes, Ideological Associations and the Left-Right Divide in Latin America. *Journal of Politics in Latin America*, 3 (1), 3-33.

Wiesehomeier, N., 2010. The Meaning of Left-Right in Latin America: A Comparative View, *Kellogg Institute Working Paper*, 370.

Outras fontes

PRP, 2015. "História e novo republicanismo". Disponível em: <http://www.prp.org.br/>

PRTB, 2015. "Programa". Disponível em: <http://prtbt.org.br/2013/01/10/programa/>

PSC, 2015. "Programa". Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-social-cristao>

PSDC, 2015. "Manifesto". Disponível em: <http://www.psd.org.br/sobre-nos/manifesto-2/>

PSDC, 2015. "Programa". Disponível em: <http://www.psd.org.br/sobre-nos/programa/>

PSL, 2015. "Programa e Propostas". Disponível em: <http://www.psl.org.br/conheca-o-psl/propostas/>

PSL, 2015. "Manifesto". Disponível em: <http://www.psl.org.br/conheca-o-psl/manifesto/>

PSL, 2015. "Pensamento". Disponível em: <http://www.psl.org.br/conheca-o-psl/pensamento/>

***Flávia Roberta Babireski** possui Graduação em Ciências Sociais (2011) com ênfase em Ciência Política, e Mestrado em Ciência Política (2014) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP. E-mail: flaviababireski@gmail.com

como citar:

Babireski, Flávia Roberta. 2016. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.3, n.6, maio. p. 1-16. ISSN 2359-2826

Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas aos Editores através do endereço eletrônico: oelites@gmail.com

Copyright© 2016



observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/puc-pr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited. Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.